

RUI BARBOSA: EDUCAÇÃO E POLÍTICA**Resenha do livro:**

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, 2010. 140 p. ISBN 978-85-7019-509-8.

Resenha de Antônio Marcos Alves Sá
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Com o *preâmbulo* redigido pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, a obra *Rui Barbosa* (2010) de autoria da pesquisadora Maria Cristina Gomes Machado é um dos volumes integrantes da Coleção Educadores, que foi uma iniciativa do Ministério da Educação do Brasil. De acordo com o Ministro, trata-se da retomada dos ideais acerca da educação brasileira que foram amplamente enfatizados no período de 1932 a 1959 e que permanecem vigentes em nosso cenário político. Para Machado (2010), o retorno às obras de Rui Barbosa (1849-1923) evidencia a atualidade das suas ideias de crescimento nacional, tão amplas quanto a sua formação e atuação, tendo na educação seu agente coadjuvante.

O ponto fulcral da pesquisa de Machado (2010) é demonstrar que a proposta de ensino público elaborada pelo intelectual baiano é o segundo estágio de um processo de desenvolvimento que deve ser precedido, de maneira especial, por uma transformação dos meios de produção e a superação da economia de base escravista. Segundo a análise de Machado (2010), a educação não é uma *panaceia*, mas um componente especial do projeto de reforma e modernização do país.

A visão desenvolvimentista desse intelectual teve como inspiração os movimentos de transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas em países europeus e no fato de que o regime imperial teve seu apogeu no período de 1850 a 1870 num contexto de produção rudimentar de base escravista e analfabetismo. Porém o fim do tráfico de escravos, a imigração europeia, as querelas entre imperador, militares e o clero e a manutenção do regime escravista, foram transformações que abalaram sensivelmente as bases daquela monarquia.

A complexidade dessas relações provocou na elite econômica brasileira um sentimento de modernização das instituições políticas, o que implicou no desejo pela república como a alternativa mais eficiente para a organização social. Houve mudanças na forma de Governo e em 1824 surge a Constituição brasileira, que teve uma vigência longa, tendo sido revogada com a proclamação da República em 1889.

Por isso o Brasil de meados do século XIX protagonizou transformações fundamentais no âmbito político, social e na sua economia, principalmente, com a substituição do escravo pelo trabalhador assalariado. As cidades cresceram e com esse crescimento as fazendas de café e outras lavouras que também buscaram a modernização, que trouxe a reboque a instalação das indústrias. Entre os anos de 1850 e 1860 a atividade industrial teve uma explosão no país, produzindo uma gama de produtos que substituíram até mesmo os artigos importados de outros países.

Esse crescimento da atividade produtiva implicou o surgimento de bancos, companhias de navegação, estradas de ferros e outras empresas ligadas, direta e indiretamente, a produção de bens e serviços. Nesse contexto, o pensador baiano evidenciou a necessidade de repensar e reformular a metodologia do ensino e os programas, esse foi o teor dos seus *Pareceres* e objeto das suas análises.

Eles são documentos valiosos para a História da Educação do Brasil, principalmente, pela intensidade com a qual seu autor analisou cada aspecto da educação escolar em nosso país e pela penetração que esses discursos tiveram no ideário político brasileiro. De acordo com o pensamento de Rui Barbosa, a reforma do ensino era um ponto fundamental da pauta política nacional. Para ele, todas as instituições públicas existentes careciam de uma ampla reforma, e com a mesma amplitude deveriam ser criadas outras instituições, o que aconteceu em alguns casos, por exemplo, o ensino primário brasileiro.

Quando redigiu seus *Pareceres* Rui Barbosa estava no início da sua formação intelectual e tinha pouco mais de 30 anos, mas já estava muito influenciado pelas ideias liberais. Seus escritos tiveram origem na reforma empreendida no Gabinete Sinimbu representado pelo ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho. Ele baixou o Decreto n. 7.247, de 19.04.1879, reformando o ensino chamado “primário” e “secundário” na Corte e ensino superior no resto do Império. Tal Decreto possuía dispositivos de atribuição do Poder Legislativo e dispunha no preâmbulo que esses não seriam executados antes da aprovação daquele poder. Após ser submetido à *Câmara*, foi enviado à Comissão de Instrução Pública, num momento em que crescia o interesse pela instrução pública.

Esse termo educação pública pode ser entendido em seu amplo sentido, haja vista que Rui Barbosa debruçou-se sobre o tema para formular uma proposta de escola pública com conteúdos práticos e úteis. Isso, indubitavelmente, implicou a formulação de um projeto de instituições estatais complementares dessa instrução pública, por exemplo, o Museu Pedagógico Nacional, o Fundo Escolar e os Conselhos Escolares de Paróquia voltadas às classes populares.

Segundo Machado (2010), a obra desse pensador soteropolitano é tributária da efervescência de projetos acerca do tema educação e instituições públicas que dominou o cenário político do Império do Brasil e discutia a questão do ensino fundamental (primário) e da escola como um direito do cidadão e um dever do Estado na segunda metade do século XIX. O programa proposto para o ensino primário pretendeu abordar os interesses da sociedade e nesse sentido Rui Barbosa foi brilhante em apontá-los.

A eficácia das propostas de Rui Barbosa dependeria das condições necessárias para materializá-lo o que, de fato, não ocorreu. Por isso, seus *Pareceres* tratam alguns níveis e modalidades de ensino separadamente e abordam temas como o ensino público, a ciência, a literatura, a arte, a política, a religião, a moral e a história, o que demonstra bem a visão “caleidoscópica” do autor, ao abordar a gama de temas que pairam em torno da formação de um projeto nacional de educação. Sua forma de análise e exposição pode ser explicada em parte pela sua formação em outras áreas do conhecimento, pela sua atuação como parlamentar e também pela grande influência da cultura estrangeira no Brasil, especialmente, pela literatura de seu período, pelos congressos de instrução organizados em vários países.

Sua defesa da escola pública teve início com a proposta de reforma do ensino secundário onde enfatizou a relevância do ensino científico, da música, da ginástica e de desenho no programa, e do ensino superior. Posteriormente, ele estabeleceu as bases para a reformulação do ensino primário, das instituições complementares, das escolas e centros politécnicos, que ajudariam a formar profissionais liberais e ofereceria condições crescimento das atividades industriais e de produção de matéria prima.

Sua preocupação com aquilo que chamamos hoje de ciência e tecnologia, não implicou no descarte da melhora das condições para construção do conhecimento em áreas como as ciências sociais e humanidades, onde História e a Geografia serviriam para evidenciar as transformações sociais, para ajudar na delimitação das nossas fronteiras.

Outro ponto que deve ser ressaltado é a criação dos jardins de infância e a escola normal, esta última tem como objetivo habilitar para a prática real da educação e o conteúdo da escola elementar seriam matéria obrigatória da escola normal, cujo conteúdo programático seria modelado pelo programa da escola primária. Num primeiro momento o discurso de Rui Barbosa enfoca os estudos e aplicações sobre a ciência e a arte de educar, e, posteriormente, as disciplinas e aplicações do programa da escola primária.

Seus *Pareceres* apontaram a necessidade do Estado assumir total responsabilidade para com a educação e a instrução pública, reiterando o caráter laico, gratuito e obrigatório da educação popular. Mais marcante do que a sua erudição é a latente preocupação desse parlamentar com a formação do indivíduo autônomo, peça fundamental para a engrenagem de uma sociedade burguesa e do cidadão (corpo político), é esse homem de dupla identidade que ocupará os espaços escolares.

Essa é a razão das mudanças no processo de ensino e aprendizagem no início desse século, que evidenciou o início do controle sobre a educação formal no sistema educacional primário pelo Estado. As escolas normais instituídas naquele momento transformaram aquele sistema educacional, mas também afastou a figura do professor tradicional (mestre-escola) que deveria ser substituído por um novo modelo de docência.

Se o indivíduo apto para o trabalho livre era um desafio ao sistema de ensino, era preciso modernizar o país, realizar uma reforma eleitoral, superar o trabalho escravo e desenvolver a indústria. Esses eram os pilares para sustentação e seu projeto, porém, implicariam a naturalização dos fenômenos sociais com a supressão dos movimentos revolucionários e a formação e manutenção da nova forma societária burguesa. A abolição era necessária à formação de um Estado, povo e nação bem ajustados para amparar o projeto de reforma das estruturas de produção primária e secundária.

Uma ação tão complexa não caberia apenas às escolas, mas dependeria de um projeto de industrialização e das reformas políticas, cruciais à modernização da sociedade. Nesse sentido, Rui Barbosa tem uma visão política semelhante a do alagoano Aureliano Tavares Bastos (1839-1875) e do pernambucano Joaquim Nabuco (149-1910), quanto aos temas acerca da educação e da escravidão no Brasil. Para o primeiro, cujo texto essencial para o entendimento de suas ideias é *Os males do presente e as esperanças do futuro* (1861), um dos principais fatores para o atraso do país era o não investimento correto na educação. Para o segundo, cuja obra mais contundente sobre o tema da escravidão é *O Abolicionismo* (1883), a escravidão era uma das mazelas sociais que degradava os escravizados e os seus senhores, num processo de impedimento do progresso.

De acordo com Machado (2010), no século de Rui Barbosa pouco foi feito, efetivamente, para o avanço da Educação pública, mas indubitavelmente o intelectual baiano foi uma das figuras marcantes dos debates acerca desse tema. A influência do seu pensamento pode ser constatada até mesmo na legislação posterior, por exemplo, nas Leis de Diretrizes e Bases de 1971 e de 1996, onde podemos observar que ratifica a escola como lugar da formação do homem (individual) e do cidadão (coletivo).

Contudo, uma leitura mais cuidadosa da obra desse intelectual, como foi o caso da brilhante análise realizada por Machado (2010), mostra que se a escola não possui vida própria a sua efetivação não pode ser debatida, tendo como fundamento somente os embates em torno das transformações sociais, ainda que eles sejam vitais para o crescimento do país. No caso daquele Brasil do século XIX verificou-se que ainda que as discussões acerca das referidas transformações acontecessem, em termos educacionais as realizações, não se efetivaram.

Uma das respostas possíveis para esta intrigante questão é a impossibilidade de tomar a educação como agente principal para o desenvolvimento do país. A análise de Machado (2010) identifica esse conflito e mostra como os pareceres de Rui Barbosa identificam a necessidade das transformações nas relações de trabalho, na melhoria do sistema de produção agrícola, na existência de uma produção industrial significativa, no processo de urbanização e organização da sociedade e com a criação de um Ministério da Instrução Pública para tratar especificamente da questão da educação.

A obrigação escolar como obrigação, apesar de não ter sido efetivada, já havia sido estabelecida desde meados do século XIX, no Brasil e em outros países mais desenvolvidos, chegando a ser algo expresso na forma de lei. Mas, ainda que existisse a obrigação legalmente instituída, esse ordenamento não foi executado, pois a exigência da frequência escolar esbarrava no fato de que o número de escolas públicas, gratuitas e laicas era insuficiente para atender à demanda.

Ainda que o ambiente escolar necessitasse passar por reformulações, Rui Barbosa defendeu o aumento do número de escolas e a obrigação estatal de obrigar os pais a matricularem seus filhos. De acordo com o autor, esse seria uma boa estratégia para tirá-los do atraso, para que pudessem gozar dos benefícios da educação, caso isso não acontecesse o Estado poderia e teria o dever de intervir.